

ATA DA 395ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Valle Vernaschi. Presentes os (as) Conselheiros (as): Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Alexandre Orsi Netto, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horacio Xavier Franco Neto, Kathya Beja Romero, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Pedro Antonio de Avellar, Wagner Ribeiro de Oliveira, Alderon Pereira da Costa, e Representando a Apadep, Fabiana Botelho Zapata. Ausente justificadamente o Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Presidente iniciou a sessão às 09h50min, cumprimentando a presença da sociedade civil, que aguarda o início das discussões ao processo que tratará das cotas raciais. Destacou a presença expressiva na sessão, e mostrou a importância do projeto para a instituição. Comunicou que, na próxima sexta-feira, será realizado o Seminário que discutirá sobre a Emenda Constitucional nº 80/2014, e informou que já estão confirmadas as presenças dos Presidentes do Colégio Nacional de Corregedorias e Defensorias Gerais e também das Associações Nacionais de Defensores Públicos. Externou agradecimento à Edepe pelo apoio na preparação do seminário, e informou que no período da manhã haverá palestras de juristas renomados, seguidas de discussões em grupo no período da tarde. Após, não havendo comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra ao Defensor Público da Unidade de Santo Amaro, Dr. Vinicius Conceição Silva. Ele defendeu a aplicação de ações afirmativas para ingresso na Defensoria Pública. Pontuou que dos aprovados no último concurso, ele era o único que se autodeclarou negro, evidenciando que a democracia racial não é uma realidade no país e na instituição. Abordou que há dificuldade de inserção do negro ao ciclo vicioso das gerações, avaliando ser necessária a instituição de ações afirmativas na instituição. Citou que a existência de Defensores Públicos, Promotores e Juízes negros ainda é motivo de estranhamento. Argumentou sobre a meritocracia, e fez menção ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Celso de Mello, durante o julgamento da ADPF nº 186, afirmando que meritocracia sem igualdade não passa de mera aristocracia. Sobre isso, relatou seu caso pessoal, citando que havia participado do concurso para a Defensoria Pública do Paraná, que previa cotas, e não tinha sido aprovado por não alcançar uma nota de corte mínima. Relatou que, passado um tempo, concorreu também na Defensoria Pública de São Paulo, sem cotas, e tinha sido aprovado. Assim, pontuou que o caso mostra quão equivocada é a noção de que cotas são privilégios e não obedecem ao princípio da igualdade. Por fim, classificou ser um momento histórico, em que a primeira instituição jurídica no Estado de São Paulo pode adotar ações afirmativas, em razão da autonomia da instituição, além de configurar uma resposta a uma demanda da sociedade. Após, o Presidente franqueou a palavra à Representante da Comunidade Brasil, Ana Bela Andrade. Ela informou que sua entidade atende mulheres vítimas de violência doméstica, e apontou dificuldades no atendimento realizado em parceiros, pois o “script” do atendimento inicial contempla apenas usuários que possuem telefone fixo e celular para contato. Nesse sentido, pediu a intervenção para que os usuários pobres que não possuem celulares ou telefones não fossem excluídos do teleagendamento. O Presidente informou que a Defensoria Geral está acompanhando de perto o funcionamento da nova sistemática do teleagendamento, visando aprimorar o serviço. Mencionou que a Assessoria da Qualidade da Defensoria Geral apresentou um estudo recente com os primeiros dados consolidados, e afirmou que os contatos podem ser feitos por telefones públicos ou residenciais. Pediu a compreensão sobre algumas falhas que possam ocorrer, mas citou que todo o processo está sendo constantemente analisado. Com relação às cotas, ela manifestou apoio à adoção de cotas na Defensoria Pública de São Paulo, e visando acabar com o ingresso apenas de brancos que estudaram nas universidades burguesas, citando: PUC, USP e Mackenzie. O Presidente agradeceu a todos por trazerem suas contribuições, e classificou que qualificam o debate e a decisão que deverá ser tomada. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante dos Oficiais do Núcleo de Direitos Humanos, James Hermínio Porto da Silva. Ele avaliou que enquanto os negros não ocuparem os cargos públicos não

haverá um diálogo útil e eficiente com a população carente. Avaliou que a Defensoria Paulista deve ser representada por pessoas como sua população e não pela burguesia. Após, o Presidente franqueou a palavra ao membro do Conselho Consultivo, Odilon Guedes. Ele pontuou sobre o índice de violência no país, e sobre o racismo histórico. Considerou que a Defensoria deveria avançar na justiça social do país, permitindo a possibilidade aos brasileiros de descendência africana ocupar espaços no poder. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Diretor Executivo da Educafro, Frei David Santos. Ele saudou o Defensor Público-Geral do Rio de Janeiro, Dr. Nilson Bruno Filho pela sua coragem com a implementação de cotas em seu Estado. Registrou que instituições adotaram cotas, citando os Ministérios Públicos do Paraná, do Rio de Janeiro e da Bahia. Criticou a noção de meritocracia, entendendo ser necessariamente injusta a competição igual entre duas pessoas em condições distintas. Por fim, pediu aos Conselheiros não se deixassem contagiar pelas forças conservadoras do Estado de São Paulo e fossem fieis ao compromisso social de seu cargo. Após, o Presidente franqueou a palavra à Defensora Pública Vanessa Alves Vieira, Coordenadora do Núcleo de Discriminação, Racismo e Preconceito. Ela afirmou que o debate em torno de cotas para ingresso na Defensoria Pública é antigo, e lembrou que já foi realizado pelo Conselho Superior à época do último concurso. Pontuou que, na oportunidade, havia sido realizada uma audiência pública e um pedido formal pela adoção da política, redigido pelo Núcleo Especializado em conjunto com a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública. Argumentou sobre a possibilidade de implementação da política por meio administrativos, mencionando pareceres jurídicos como os do Estatuto da Igualdade Racial e tratados internacionais, bem como o exemplo de outras instituições que já instituíram ações afirmativas, à exemplo de universidades e do Ministério de Relações Exteriores. Por fim, informou que lida diariamente com negros vítimas de discriminação, e mostrou a importância de implementar a diversidade e não contribuir com o aumento da banalização do racismo. Após, o Presidente franqueou a palavra a Sara Santos, Representante da Educafro Juventude. Ela abordou sobre o racismo estrutural, conforme relatório da ONU, que aponta a inexistência de uma democracia racial no Brasil. Pediu que o combate do racismo devesse ser contemplado na implementação das cotas raciais, a fim de defender a inserção dos negros. Apontou que o estado de São Paulo não é referência, sendo necessário citar outros estados. Por fim, afirmou que a adoção de cotas é uma questão de reparação. Após, o Presidente franqueou a palavra à Ester Judice Ruffino, Coordenadora da Mulher da Educafro. Ela manifestou estar convencida de que o estado já está preparado para receber os negros, e pediu coragem para Defensoria Pública ao instituir cota racial. Após, o Presidente franqueou a palavra à Mileide Barbosa, Representante do Instituto Social Afro Brasil. Ela mencionou o nome das religiões de matriz africanas, e pediu a Deus, Orixá e Yewá que iluminassem a visão dos Conselheiros para que a Defensoria Pública possa adotar as cotas raciais. Após, o Presidente franqueou a palavra à Isadora Brandão, Defensora atuante no DIPO. Ela manifestou satisfação ao ver o espaço do Conselho Superior lotado de população negra, e pediu que a instituição contemplasse os anseios de todos os presentes. Comentou que exerce suas atribuições como Defensora Pública no fórum criminal da Barra Funda, e lamentou que a Defensoria Pública não escapasse da questão do racismo estrutural. Argumentou que o racismo institucional não se trata de mera abstração, pois, como Defensora Pública negra, ela vivencia o preconceito todos os dias em sua atuação cotidiana. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Deputado Estadual Adriano Diogo. Ele comentou ter sido convidado pelo Instituto Luiz Gama e o Movimento Educafro, visando abordar sobre a implementação das cotas raciais na Defensoria Pública. Abordou sobre a retrospectiva da ditadura e anistia da escravidão, e pontuou que atualmente a questão perpassa importantes debates como a redução da maioria penal e a meritocracia. Por fim, parabenizou a Defensoria Paulista por admitir a discussão sobre a introdução das cotas raciais. Não havendo mais inscritos, o Presidente abriu a palavra aos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira informou que, nesta última semana, esteve em visita na Unidade de Diadema, e elogiou a qualidade de atendimento, destacando a importância do treinamento de servidores, visando oferecer um atendimento digno aos usuários da instituição. Informou que, na próxima quinta-feira, a Ouvidoria Geral participará de uma audiência pública visando refletir e buscar aprendizados, além de elaborarem um relatório sobre a atuação da comissão instituída que acompanhou as manifestações

durante a Copa. Convidou a todos para participarem da audiência que será realizada no Edifício Sede da Avenida Liberdade, nº 32. Relatou que, nesta sexta-feira, ele esteve presente na reintegração de posse ocorrida na região central da Capital, situado no bairro República, e destacou que a polícia militar estaria utilizando do autoritarismo para impedir sua entrada, e informou que na oportunidade a Ouvidoria da Polícia Militar e também a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública havia sido barrada de adentrar o recinto. O Conselheiro Alexandre Orsi indagou a previsão de publicações dos editais de promoção do nível IV para V, relativo ao ano de 2013 e os demais restantes de 2014, tendo em vista que o processo havia sido votado na última sessão. O Conselheiro Luis Gustavo informou que, nesta quinta-feira, a Deliberação CSDP nº 305/14 havia sido efetivamente publicada, e apontou que a lista de antiguidade, bem como os editais serão publicados, serão divulgados na próxima semana. A Representante da Apadep, Fabiana Zapata justificou a ausência da Presidente da entidade de classe, em razão da recepção dos Presidentes de Associações de Defensores Públicos em razão do seminário da Emenda Constitucional nº 80/2014. Informou a concessão da liminar na ADI proposta pela Procurador-Geral de Justiça do Estado, que tratava do novo regime previdenciário. Citou que a Apadep monitora a ação, e informou que havia protocolado um pedido na Assessoria Jurídica da Defensoria Geral, visando cumprir a liminar em relação aos Defensores Públicos do V e do VI concursos, bem como aos Agentes de Defensoria, além de solicitar a possibilidade de parcelamento dos recolhimentos atrasados. O Conselheiro Bruno Napolitano registrou que, na próxima semana, foram agendadas duas importantes reuniões, as quais sejam: a) uma para tratar das primeiras impressões, após o início do atendimento aos presos provisórios na Capital; e, b) outra para debater com os pólos e unidades que realizam segundo atendimento, visando uniformizar algumas orientações. Não havendo mais inscritos, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 330/14. Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "Seminário Defensoria Pública - Emenda Constitucional nº 80/2014", a ser realizado no dia 24 de outubro de 2014. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir seis afastamentos em razão de ausência de documentos, e deferir os demais inscritos. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado por maioria de votos, nos termos do voto do relator, vencido os Conselheiros Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Kathya Beja Romero e Horácio Xavier Franco Netto, que votavam pelo deferimento de todos os inscritos. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Alessandra Pinho da Silva, Amanda Grazielli Cassia no Diaz, Danielle Gaiotto Junqueira, Felipe Augusto Peres Penteado, Fernanda Cukier dos Santos, Fernanda Silva Guido, Fernando Artacho Carvalho Martins, Fernando Catache Borian, Jairo Salvador de Souza, José Moacyr Doretto Nascimento, André Spilari Bernardi, Livia Correia Tinoco, Marcelo Martiniano de Oliveira, Rafael Rocha Paiva Cruz, Renata Simões Stabile Bucceroni, Silvia Caniver Drago, Felipe Amorim Princesa, Rafael de Souza Miranda, Guilherme Feccini Gaona, Mariana Tonolli C. Delchiaro. DELIBEROU ainda, por maioria de votos, nos termos do voto do relator, indeferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: André Eugênio Marcondes, Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros, Luana Pereira do Amaral, Nelise Christino de Castro Santos, Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes e Lucia Thomé Reinert, em razão da ausência de documentos. Vencido os Conselheiros Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Kathya Beja Romero e Horácio Xavier Franco Netto, que votavam contrariamente ao voto do relator. CSDP nº 351/13. Interessados: Ouvidoria Geral da Defensoria do Estado, Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito e o Instituto Luiza Gama. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselheiro Bruno Miragaia leu o relatório e proferiu o voto vista no sentido de deferir a inserção das cotas raciais apresentando minuta de alteração da deliberação CSDP nº 10/06, reservando vinte por cento de vagas. Por fim, opinou para que a regulamentação das cotas étnico-raciais fosse estendida para os concursos de ingresso de Servidores e Estagiários e não somente de Defensores Públicos. O Presidente apoiou o voto do relator, e cumprimentou o voto do Conselheiro Bruno Miragaia pela consistência de dados

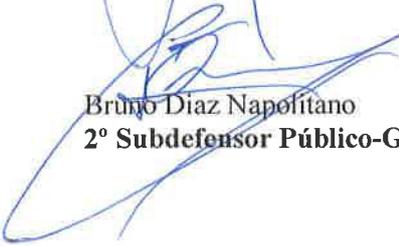
embasados, e ainda por ter tratado de uma realidade histórica de discriminação dos negros na sociedade brasileira, que é refletida no cotidiano quando essas pessoas são colocadas nas condições subalternas da sociedade. Teceu considerações sobre os avanços das discussões junto ao Supremo Tribunal Federal com relação às políticas afirmativas, e com relação a Corte, que entendeu que as instituições autônomas, como a Defensoria Pública, podem instituir políticas de cotas por atos infralegais, o que dispensa uma legislação formal. O Conselheiro Bruno Napolitano parabenizou o voto do Conselheiro Bruno Miragaia, e convenceu-se de que o cenário jurídico é plenamente satisfatório para a alteração da deliberação, visando amenizar as diferenças entre brancos, negros e indígenas. Considerou o momento histórico para a instituição, e saudou os presentes da sociedade civil e os movimentos sociais que ocuparam o auditório do Conselho Superior. Por fim, antecipou seu voto no sentido de acompanhar o entendimento do Conselheiro Bruno Miragaia no que tange ao deferimento pela implementação de cotas étnicas raciais por meio de deliberação do Conselho Superior. O Conselheiro Luis Gustavo acompanhou o Segundo Subdefensor Público, e agradeceu a manifestação dos dois Defensores Públicos: Dra. Isadora e Dr. Vinícius, que por ocasião são a exceção que validam a regra na instituição. Manifestou que o Conselho Superior possui uma oportunidade histórica de iniciar uma política de reparação histórica em instituir o sistema de cotas étnicas raciais como mecanismo para buscar a igualdade. Por fim, encampou o voto do Conselheiro Bruno Miragaia. O Conselheiro Augusto Guilherme parabenizou a participação de todos, e considerou que a manifestação dos presentes fortalece os laços entre a Defensoria Pública e a sociedade civil. Parabenizou o voto robusto, sólido e sensível do Conselheiro Bruno Miragaia, e pediu que a instituição não fosse contagiada pelo conservadorismo histórico. Abordou que a política de cotas busca a representatividade, que considerava ser primordial na instituição, e citou que muitos assistidos não se sentem representados pela instituição, mostrando a necessidade de dar densidade jurídica à pluralidade racial dentro da Defensoria Pública. Por fim, acompanhou o voto do Conselheiro Bruno Miragaia, que concede à instituição o poder de implementar a política de cotas raciais por meio de deliberação do Conselho Superior. Consigna que o Conselheiro Luiz Eduardo retirou-se do recinto às 12h39min, em razão de consulta médica. O Conselheiro Wagner Ribeiro agradeceu a presença de todos, em especial ao do Dr. Vinicius Conceição, que foi o único aprovado no VI Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público, e se autodeclarou negro. Acompanhou o entendimento do voto do Conselheiro Bruno Miragaia, e abordou que o percentual de negros nas universidades públicas aumentou cerca de 20% em dez anos, após a instituição das políticas de cotas étnicas raciais. Nesse sentido, mostrou que a igualdade é algo a ser construída no Brasil, e que a política de cotas é apenas uma contribuição nesse processo. O Conselheiro Horácio Xavier declarou-se convencido da necessidade de aplicação das cotas, mas apontou que não tinha segurança jurídica para sua aplicação. Nesse sentido, pediu vista dos autos. O Conselheiro Wagner Ribeiro também pediu vista, fundamentado nos termos do artigo 40, § 4º, tendo o prazo será comum, permanecendo os autos na Secretaria para exame. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira lamentou que a discussão tivesse sido prorrogada, mas agradeceu aos Conselheiros pela compreensão da importância do tema. Chamou atenção sobre o manifesto de juristas em favor da política de cotas étnicas raciais, e mencionou que a Defensoria Pública tinha sido criada pela força da sociedade civil e articulação dos movimentos sociais que estavam pleiteando a implementação dessa política. Por fim, agradeceu a presença da sociedade civil e dos movimentos sociais para estabelecer um diálogo com a Defensoria Pública, e pediu ao Colegiado uma postura cidadã na análise do mérito da proposta. A Conselheira Kathya Beja agradeceu a riqueza da participação da sociedade civil e dos demais movimentos sociais, e endossou o voto do Conselheiro Bruno Ricardo, em adotar as cotas na instituição, por meio de deliberação. O Conselheiro Pedro Avellar informou que em seu voto ele não analisava o mérito, e apontou que, preliminarmente, votava pelo não conhecimento do pedido. No entanto, informou que poderia alterar sua posição diante dos argumentos apresentados eram válidos, mas apontou que, embora pudesse ser um voto vencido à proposta, não significaria que o Conselheiro é conservador. Lembrou que, há quatro anos, uma proposta semelhante havia sido apresentada ao Conselho Superior, e na ocasião, três defensores integravam o Colegiado à época e hoje estão na administração superior, à proposta não foi analisada. O Conselheiro Bruno Napolitano apontou que o processo não havia sido analisado, pois tinha sido adiado por um longo período. O

Presidente encaminhou para deliberação, sendo concedida vista individual aos conselheiros solicitantes. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do artigo 40, §4º do regimento interno, conceder vista individual aos Conselheiros: Wagner Ribeiro de Oliveira e Horácio Xavier Franco Netto. Declararam votos os Conselheiros Bruno Diaz Napolitano, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Wagner Ribeiro de Oliveira e Kathya Beja Romero, que acompanhavam o voto do Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza, no sentido de deferir as cotas étnicas raciais por meio de deliberação. CGDP CAEP nº 062/13. Interessada: Laura Naves Filisbino. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o 2º relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 034/13. Interessado: Edgar Pierini Neto. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o 2º relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 073/13. Interessado: Marcos Vinicius Manso Lopes Gomes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o 2º relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h42min, sendo prorrogados os demais processos da ordem do dia. CGDP CAEP nº 100/13. Interessada: Stefanie Kornreich. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 254/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de distribuição de cargos da carreira de apoio da Defensoria Pública, criados pela Lei Complementar Estadual nº 1.203/13. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 359/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: ~~Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado).~~ Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do

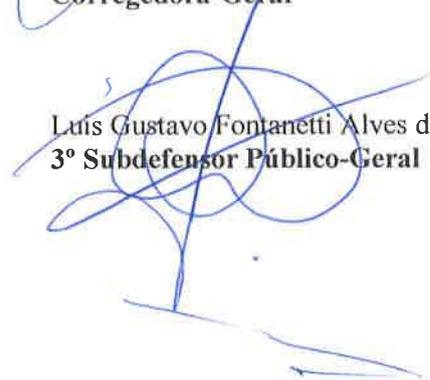
Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 114/14. Interessado: Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de Deliberação que concede afastamento, verba de representação e possibilita a nomeação de Defensor Público Assessor aos Conselheiros eleitos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Kathy Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 198/14. Interessado: CONDEPE. Assunto: Apresentação da lista tríplice para preenchimento do cargo de Ouvidor - Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathy Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 253/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Correição Extraordinária, após deliberação do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e colaboradores dos Núcleos Especializados. Relatora: Conselheira Kathy Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 265/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2014). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 269/14. Interessada: APADEP. Assunto: Pedido de afastamento de Defensores Públicos para atividade associativa. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU,

por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 273/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Final da Coordenação do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 286/14. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Jabaquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 21/06 (que cria as Defensorias Públicas Regionais da Capital e de sua Região Metropolitana). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 293/14. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Pedido de afastamento de Servidores Públicos para atividade associativa. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 303/14. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 30/07 (que fixa o número de Estagiários de Direito no âmbito da Instituição). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 314/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentar o julgamento virtual de processos administrativos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 324/14. Interessado: Coordenador da Unidade Barretos. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Ribeirão Preto - Unidade Barretos (1ª, 3ª e 4ª Defensorias Públicas da Unidade Barretos). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de 2014.


Rafael Valle Vernaschi
Presidente


Bruno Diaz Napolitano
2º Subdefensor Público-Geral


Kathya Beja Romero
Corregedora-Geral


Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
3º Subdefensor Público-Geral



Alexandre Orsi Netto
Conselheiro



Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro



Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro



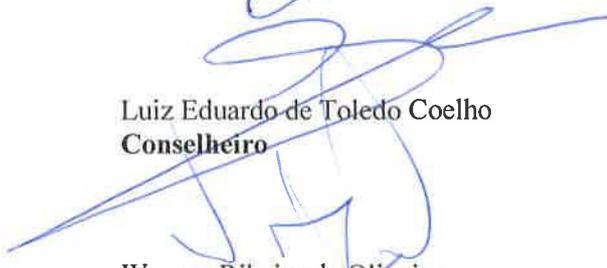
~~Horácio Xavier Franco Neto~~
~~**Conselheiro**~~



Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro



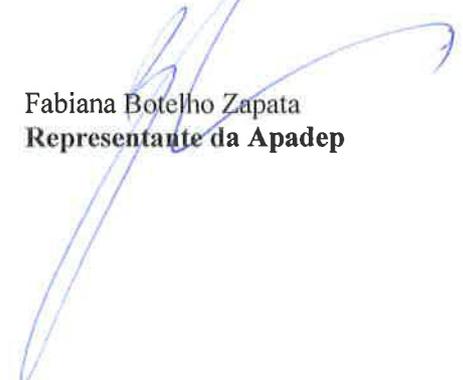
Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro



Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro



Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral



Fabiana Botelho Zapata
Representante da Apadep